



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO



PARECER CONTROLE INTERNO Nº 239/2023

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou os autos do **Processo nº 2023/6/3285** referente ao Procedimento Licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 047/2023/FMAS**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ENXOVAL DE BEBÊ, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NESTE MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, no valor global de **R\$ 81.061,60** (oitenta e um mil, sessenta e um reais e sessenta centavos). O FUNDO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL registrou através da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2023/FMAS**, os preços das empresas **SOUSA E SILVA COMERCIO DE ALIMENTOS EM GERAL LTDA**, CNPJ nº 05.154.476/0001-09, no valor de **R\$ 62.133,90** (sessenta e dois mil, cento e trinta e três reais e noventa centavos); **AMAZOMIX COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ Nº 11.218.665/0001-92, no valor de **R\$ 4.900,00** (quatro mil e novecentos reais) e a **HNC SILVA COMERCIO LTDA**, CNPJ Nº 47.400.231/0001-56, no valor de **R\$ 14.027,70** (quatorze mil, vinte e sete reais e setenta centavos). Assim, com base nas regras insculpidas pela Lei 10.520/2002, Decretos Federais nº 10.024/19, nº 7.892/13 e nº 8.538/15, Instruções Normativas nº 073/2020 e nº 03/2018-SLTI/MPOG e suas alterações, e extensivamente às disposições da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, aplicando-se, ao processo licitatório, subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declaro que o **PROCESSO LICITATÓRIO** encontra-se:

Revestido de todas as formalidades legais.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório, supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Castanhal/PA, 27 de julho de 2023.

HELTON J. DE S. TRAJANO DA S. TELES
CONTROLE INTERNO
Portaria Nº 624/23